



## PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

**Processo Licitatório:** 28/2022-PMGP

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Requerentes:** Pregoeiro

Tratam os autos de Processo Licitatório, Pregão Eletrônico, sendo o objeto a aquisição de material permanente, eletroeletrônicos e mobiliários, para atender as necessidades das diversas unidades administrativas do município de Goianésia do Pará.

### DO CONTROLE INTERNO

Seu embasamento legal, assim como as finalidades, dentre outras competências, está esculpido no artigo nº 70 da CF/88, assim como na Lei Municipal Complementar de nº 003/2021, e destaco o artigo 279 do RI/TCM/PA Ato nº 23/2020, o qual esmiúça, de forma taxativa os deveres do Controle Interno de seus jurisdicionados, sendo esse, *ipsis litteris*:

I - do cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância da legislação e normas que orientam a atividade específica da unidade controlada, exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia;

II - da observância da legislação e normas gerais que regulam as atividades auxiliares, exercidas pelas diversas unidades da estrutura organizacional;

III - do uso e guarda dos bens pertencentes ao ente municipal, exercido pelos órgãos próprios;

IV - orçamentário e financeiro das receitas, exercido pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

V - da eficiência da Administração Pública e a observância dos dispositivos constitucionais e legais, exercido pela própria unidade de Controle Interno.

Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria, análise e manifestação.

### DO OBJETO



a aquisição de material permanente, eletroeletrônicos e mobiliários, para atender as necessidades das diversas unidades administrativas do município de Goianésia do Pará.

## DA ANÁLISE DO PROCESSO

A matéria é analisada conforme os preceitos da Lei nº 10.520/02 que dispõe sobre modalidade de licitação denominada Pregão, bem como a Lei nº 8.666/93 cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade, assim como o Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

Os exames dos atos realizados na fase interna encontram-se especificados no parecer inicial deste processo, porém, a presente análise foi elaborada no processo como um todo, com atenção voltada a fase externa, compreendendo todo o processo administrativo face a homologação do agente competente. Como segue:

- a) Consta nos autos requerimento e justificativa unificadas no Termo de Referência, assinado pelas autoridades competentes;
- b) Foi realizada pesquisa de preços;
- c) Consta nos autos comprovação de dotação orçamentária ou planilha orçamentária;
- d) Consta nos autos Portaria de designação da comissão de licitação;
- e) Consta nos autos a portaria de designação do pregoeiro;
- f) O procedimento licitatório foi devidamente autuado;
- g) Consta nos autos minuta de edital com respectivos anexos;
- h) Consta Parecer Técnico Jurídico sobre o Edital de seus anexos de nº **107/2022/PROGEM/LIC/PMGP**;
- i) O edital está devidamente publicado;
- j) Consta nos autos de forma digital, gravada em mídia do tipo CD-R com os seguintes documentos: proposta comercial, documentos de habilitação, vencedor do processo, ata da sessão de disputa, proposta inicial, proposta realinhada, adjudicação e vencedor adjudicado;
- k) Não foram observados nos autos recursos.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ  
CNPJ: 83.211.433/0001-13  
COORD. GERAL DE CONTROLE INTERNO – COGECI

Rua Pedro Soares de Oliveira, Colegial, s/n, Prédio Administrativo, 2º piso. CEP: 68.639-000 [controleinterno@goianesia.pa.gov.br](mailto:controleinterno@goianesia.pa.gov.br)

- l) Existe termo de Adjudicação aos vencedores assinado pelo Pregoeiro;
- m) Consta nos autos Parecer Técnico Jurídico Conclusivo de nº **130/2022/PROGEM/LIC/PMGP**;
- n) Consta Termo de Adjudicação em nome das empresas:

- **A. M. B. FARMACÊUTICA**, CNPJ: **04.508.780/0001-36**, no valor de **R\$ 734.057,80**;
- **ARACUA COMERCIO DE IMÓVEIS**, CNPJ: **19.271.852/0001-41**, no valor de **338.350,00**;
- **AUGUSTUS INFORMATICA**, CNPJ: **10.433.143/0001-40**, no valor de **R\$ 437.339,00**;
- **CPM CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL E VENDAS**, CNPJ: **14.437.343/0001-22**, no valor de **R\$ 356.556,00**;
- **F. P. SOUSA**, CNPJ: **17.211.614/0001-15**, no valor de **R\$ 2.950.794,96**;
- **IND. E COM. ORTHOVIDA**, CNPJ: **07.628.070/0001-38**, no valor de **R\$ 164.964,60**;
- **JOABE MARTINSON**, CNPJ: **18.245.570/0001-07**, no valor de **R\$ 38.350,00**;
- **JR COMÉRCIO E SERVIÇOS**, CNPJ: **31.911.796/0001-68**, no valor de **R\$ 781.629,26**;
- **PLÁCIDO E PLÁCIDO**, CNPJ: **18.023.458/0001-21**, no valor de **R\$ 42.900,00**;
- **PONTO INFO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**, CNPJ: **08.255.726/0001-87**, no valor de **R\$ 276.639,90**;
- **PROSPERAR PRODUTOS**, CNPJ: **30.802.043/0001-51**, no valor de **R\$ 303.676,00**;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ  
CNPJ: 83.211.433/0001-13  
COORD. GERAL DE CONTROLE INTERNO – COGECI

Rua Pedro Soares de Oliveira, Colegial, s/n, Prédio Administrativo, 2º piso. CEP: 68.639-000 [controleinterno@goianesia.pa.gov.br](mailto:controleinterno@goianesia.pa.gov.br)

- **ROCHA NORH COMÉRCIO INDÚSTRIA E IMÓVEIS**, CNPJ: **08.408.448/0001-50**, no valor de **R\$ 992.000,00**;
- **RT MULTI SERVIÇOS**, CNPJ: **23.188.924/0001-69**, no valor de **R\$ 13.400,00**;
- **W & J INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO ELETRICA**, CNPJ: **44.005.946/0001-16**, no valor de **R\$ 1.474.328,00**.

## CONCLUSÃO

O exame dos atos realizados nas fases internas e externas do processo licitatório demonstrou que foram cumpridas todas as determinações vigentes. Portanto ainda considerando a legalidade através do parecer técnico jurídico conclusivo, esta Coordenadoria de Controle Interno opina pela **REGULARIDADE** do referido processo, estando **APTO A GERAR DESPESAS** para a municipalidade.

Encaminha-se o processo administrativo à CPL, para que seja dado prosseguimento aos tramites internos e legais para a eficácia dos atos. É o parecer. Salvo melhor entendimento.

Goianésia do Pará, 14 de setembro de 2022.

  
Josafá Moreira Alves  
Coord. Geral Controle Interno  
Decreto 007/2021/GP/PMCP